

O IMPARCIAL

XCVIII Nº 38346 SÃO LUÍS-MA, QUARTA-FEIRA, 15 DE MAIO DE 2024 | CAPITAL E INTERIOR R\$

f @OImparcialMA

t @imparcialonline

ig @oimparcial

whatsapp 98 99144-5641



Bancos de desenvolvimento e a missão de reduzir a desigualdade na América Latina

PAULO CÂMARA
Presidente do Banco do Nordeste

Opinião



Começo do fim

Em 1972 as Nações Unidas realizavam em Estocolmo a primeira conferência mundial do meio ambiente. O assunto começava a ser objeto de preocupação do mundo inteiro, com a constatação de que a agressão ao meio ambiente começava a mudar a face da Terra.

JOSÉ SARNEY
Ex-presidente do Brasil

R\$ 2,8 BILHÕES PARA O JUDICIÁRIO

Recursos para as instituições da justiça aumentaram 49,4% no Maranhão

Segundo os dados da pesquisa "Justiça e Orçamento 2022", o Maranhão alocou uma parcela significativa, equivalente a 12,5% dos recursos previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA), para custear o Tribunal de Justiça, o Ministério Público e a Defensoria Pública do Estado. Vale ressaltar que a receita total estimada referente ao exercício daquele ano corrente, foi no valor de R\$ 24.098.450.050,00 (vinte e quatro bilhões, noventa e oito milhões, quatrocentos e cinquenta mil e cinquenta reais). Uma análise mais profunda revela que, enquanto o orçamento total do Estado do Maranhão aumentou em 13% de 2021 para 2022, os recursos destinados às instituições de justiça cresceram ainda mais, alcançando um aumento de 49,4% no mesmo período.



TRABALHO ESCRAVO | 29 empresários maranhenses entram na Lista Suja

Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) anunciou uma atualização da Lista Suja, revelando que 248 empresários e fazendeiros foram incluídos devido a submissão de trabalhadores a condições análogas à escravidão. Essa triste realidade não poupa a Região Tocantina do Maranhão, onde cerca de 29 fazendeiros e empresários foram denunciados. Segundo informações do MTE, o nome de cada empregador permanecerá publicado por dois anos na Lista Suja como consequência de suas práticas desumanas.

MPMA pede afastamento de ex-deputado estadual

As medidas cautelares, requeridas pelo promotor de justiça Denys Lima Rêgo, foram consequência da operação Damna Aviritia ("ganância maldita", em latim). O termo refere-se a alguém que realiza a obra divina de forma fraudulenta. O MPMA também pede que os investigados sejam afastados das gestões financeiras das igrejas e proibidos provisoriamente de usar veículos apreendidos.

BASTIDORES
Raimundo Borges
bastidores@oimparcial.com.br



Extremistas pastam na lama da tragédia do RS

Vereadores de São Luís sabatinam a secretária municipal de Saúde (Semus), Ana Carolina Marques Mitre da Costa

O debate é fruto de convocação de autoria do vereador Pavão Filho (PSB) e teve como objetivo buscar respostas à população e garantir transparência e eficiência na gestão da saúde pública municipal. Na ocasião, os vereadores cobraram esclarecimentos sobre uma série de questões que impactam diretamente o sistema de saúde do município.

Começo do fim

JOSÉ SARNEY
Ex-presidente do Brasil



Em 1972 as Nações Unidas realizavam em Estocolmo a primeira conferência mundial do meio ambiente. O assunto começava a ser objeto de preocupação do mundo inteiro, com a constatação de que a agressão ao meio ambiente começava a mudar a face da Terra. Eu era Senador da República e me mantinha atualizado lendo algumas revistas francesas já preocupadas com o tema. Nelas encontrei a afirmação de Claude Lévi-Strauss de que o primeiro e grande poluidor do planeta era o próprio homem. Dele partiam as ações que impactavam negativamente a natureza.

Naquela época tinha havido uma mortandade de peixes na Lagoa Rodrigo de Freitas que surpreendera a todos, pois nunca tinha acontecido com tal dimensão. Com a minha preocupação a respeito deste assunto, parti para fazer um discurso no Senado Federal, que foi o primeiro sobre o tema colocado no debate político nacional, e a partir desse momento come-

çaram a pipocar muitos artigos e análises sobre meio ambiente. Mas o assunto só veio verdadeiramente a tomar corpo e assunção quando se tornou um movimento global, surgindo partidos políticos no mundo inteiro e organizações internacionais para a preservação do meio ambiente.

Essa preocupação dominou todas as consciências, pois é uma ideia generosa abraçada por todas as pessoas, uma vez que a natureza faz parte das nossas vidas. Por outro lado, os cientistas chegaram à conclusão de que, embora a Terra vá durar uns cinco bilhões de anos antes de ser destruída pelo Sol, o atual estágio da natureza, que possibilitou o surgimento do homem e de toda a vida em nosso planeta, desaparecerá num prazo imensamente menor.

Em 1985, quando assumi a Presidência da República, o assunto do meio ambiente explodiu com sua politização e, em seguida, após a queda do muro de Berlim, com o vazio de ideologias, o tema ocupou o lugar central do debate político mundial. O Brasil ocupou o banco dos réus naquele momento, sob a invocação de que a Amazônia era o pulmão do mundo e nós, com os desmatamentos e os incêndios, estávamos destruindo uma parte essencial da ecologia.

Coube a mim defender nosso País dessa acusação, em parte verdadeira. Então criei o programa "Nossa Natureza" e o Ibama, instituto que cumpriu e cumpre um grande trabalho, e

mandei nosso Ministro das Relações Exteriores defender que a primeira conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente, depois da de Estocolmo, fosse realizada no Brasil. Mostrávamos assim que nada tínhamos a esconder e estávamos fazendo a nossa parte com grandes programas de defesa do meio ambiente, exercendo um papel de liderança em vários organismos internacionais com total empenho no combate à destruição da natureza e seus problemas.

Agora, na própria carne, estamos sentindo o quanto se aproxima o caminho de destruição da vida na Terra e a desarrumação do clima com o sofrimento provocado por El Niño e La Niña numa tragédia nunca registrada no Brasil — desastre como os que hoje estão disseminados no mundo inteiro com tornados, tufões, tsunamis, inundações e vulcões, que surgem cada vez com mais violência, a destruir tudo e ceifar milhares de vidas.

Minha solidariedade, tristeza e revolta com o que ocorre no Rio Grande do Sul. Com tudo isso só temos uma coisa positiva: a solidariedade, a bondade e a fé do povo brasileiro expressas em doações, trabalho e orações pedindo a Deus pelo Rio Grande do Sul e pelos gaúchos.

Os governos federal, estadual e municipais estão aplicando todos os esforços para ajudar o povo gaúcho. O Presidente Lula já foi ao Rio Grande do Sul três vezes após o início dessa catástrofe.

Bancos de desenvolvimento e a missão de reduzir a desigualdade na América Latina

PAULO CÂMARA
Presidente do Banco do Nordeste



De hoje até a próxima sexta-feira, dia 17 de maio, o Brasil, mais precisamente Fortaleza, sediará a 54ª Assembleia Geral da Associação Latino-Americana de Instituições Financeiras de Desenvolvimento (Alide). Criada em 1968, a Alide reúne 36 bancos de desenvolvimento, de 16 países da América Latina e Caribe com a missão de reduzir desigualdades, combater a pobreza e gerar oportunidades para a população mais vulnerável socialmente. Este encontro não apenas representa uma oportunidade única de troca de experiências e conhecimentos, mas também ressalta a importância vital dessas instituições na promoção do desenvolvimento sustentável em toda a região.

As instituições financeiras de desenvolvimento desempenham um papel fundamental no contexto latino-americano, marcado por disparidades sociais e econômicas significativas, tornando-se ainda mais cruciais para promover a inclusão financeira e impulsionar o progresso de forma equitativa.

Por meio de uma série de programas e ações afirmativas, as instituições financeiras de desenvolvimento têm o poder de canalizar recursos para setores-chave da economia, como agricultura, infraestrutura, educação e empreendedorismo. Esses investimentos geram empregos, estimulam o crescimento econômico e fortalecem as bases para um desenvolvimento sustentável a longo prazo.

No contexto do Nordeste brasileiro, uma região historicamente marcada pela desigualdade e pela escassez de oportunidades, o papel do Banco do Nordeste como instituição financeira de desenvolvimento é ainda mais relevante. Ao oferecer crédito acessível, consultoria especializada e apoio técnico a micro, pequenas e médias empresas, agricultores familiares e empreendedores locais, estamos contribuindo para transformar vidas e impulsionar o progresso em toda a região.

Neste sentido, a realização da Assembleia Geral da Alide em Fortaleza representa uma grande oportunidade de fortalecer laços, compartilhar melhores práticas e estabelecer parcerias estratégicas para enfrentar os desafios. Estou confiante de que, juntos, podemos aproveitar o poder transformador das instituições financeiras de desenvolvimento para construir um futuro mais justo, próspero e sintonizado com a economia verde.

Em nome do Banco do Nordeste, gostaria de dar as boas-vindas a todos os participantes da Assembleia Geral da Alide e expressar minha sincera gratidão pelo compromisso contínuo com o desenvolvimento da América Latina. Que este encontro seja um marco significativo em nossa jornada coletiva rumo a um futuro melhor para todos.

MOBILIDADE URBANA

Por que São Luís não trata bem os ciclistas e pedestres?

JOSIANE RAMOS NOGUEIRA
Arquiteta Urbanista



Dadas as últimas notícias de acidentes com ciclistas em São Luís, podemos nos perguntar o porquê de estarmos vendo esse tipo de situação se repetir. E, nem é necessário ser urbanista ou especialista em mobilidade ou transporte para que esse tipo de indagação aconteça ... basta apenas ser um cidadão atento à sua cidade!

Então, temos o fato: aumento de acidentes envolvendo ciclistas (inclusive com fatalidades). E aí perguntamos: mas porque esse aumento considerável nesses últimos tempos? Teve realmente um incremento nesse dado? Mais pessoas estão se transformando em ciclistas, e por isso mais acidentes? Ou será que é a estrutura da nossa cidade que impede que ciclistas circulem de forma segura? Antes de apresentarmos os dados, vamos falar de outro assunto que nos ajuda a entender tal situação. Vamos falar um pouco sobre as intervenções urbanas recentes no sistema viário da cidade. Alterações de vias, mudanças de retornos, travessias de carros e pedestres (...) tudo que veio como um planejamento para melhorar a mobilidade urbana de São Luís.

2023 foi um ano intenso no quesito intervenções viárias e 2024 segue no mesmo ritmo. Vivemos muitas obras, e com elas muitos transtornos nas nossas artérias urbanas. Como diz Mascaró[1]: o sistema viário de uma cidade transporta pessoas, e não fluídos! Por isso é sempre muito mais traumático mexer nesse lugar onde as pessoas estão diariamente para viver e resolver suas vidas. Quando uma avenida é fechada, completa ou parcialmente, não estamos apenas mexendo com asfalto, ou com a rede elétrica e sanitária existente (...) estamos, especialmente, interferindo na vida das pessoas, independente de qual seja o modal[2] de transporte utilizado por ela! Seja a pé, de bicicleta, de ônibus ou de carro, são as pessoas que precisam circular pela cidade, e é esse sistema viário que as dá o direito de locomoção, mobilidade.

Nossas atuais cidades, com esse modelo não compacto, obrigam seus moradores a fazerem longos percursos, que precisam ser feitos com modal motorizado (carros, ôni-

bus, motocicletas e outros). E, se o nosso deslocamento prescinde de veículos motorizados, prescinde também de infraestrutura para receber esses veículos. Sem asfalto fica difícil dar mobilidade aos carros, e assim fica difícil dar mobilidade às pessoas.

Pois bem, essas intervenções são necessárias! É o que diz o senso comum! Precisamos de rua asfaltada pra colocar nossos carros! Precisamos de avenidas mais largas para comportar mais carros. Certo?! (Há controvérsias!)

Alguns estudos indicam que, quanto mais alargamos as avenidas de uma cidade, mais elas precisarão ser alargadas! Pois, com o alargamento vem uma nova demanda (...) é o que os especialistas chamam de demanda induzida.

Segundo o site Caos Planejado, as viagens induzidas são um fato científico bem estabelecido: qualquer aumento na capacidade das vias em uma área metropolitana provavelmente produzirá um aumento proporcional na quilometragem percorrida pelos veículos. Os defensores das rodovias gostam de fingir que mais capacidade melhora a mobilidade, mas, na melhor das hipóteses, isso é uma ilusão de curta duração. Mais mobilidade gera mais viagens, espraiamento urbano e custos. Isso é o que vem acontecendo em São Luís. ...estamos criando espaços para receber mais carros, mais veículos motorizados. Essas intervenções têm sido muito boas para esse fim. A questão é: Será que estamos indo por um bom caminho??!

Outros estudos indicam que o melhor para o futuro das cidades é transformá-las em lugares onde os deslocamentos possam ser feitos com modais não motorizados. Cidades onde seja possível resolver a vida do dia a dia fazendo os deslocamentos a pé, ou de bicicleta. Isso nos daria um estilo de vida mais saudável e um ambiente construído menos poluído e mais cheio de vida. O conceito de cidades compactas[3], foi primeiramente tratado pelo Arquiteto Urbanista britânico Richard Rogers, ele defende e reinterpreta o modelo de "cidades densas" investindo na ideia da "cidade compacta", onde as atividades econômicas e sociais se sobreponham e as comunidades desenvolvam um sistema de vizinhança, perseguindo a noção de cidade sustentável. Nessa cidade sustentável seria possível fazer poucos deslocamentos e esses seriam curtos, nos dando a oportunidade de utilizar os modais a pé e de bicicleta para quase todos os deslocamentos necessários.

Tal conceito vem sendo disseminado há algumas décadas por renomados urbanistas e outros especialistas em cidades ao redor do mundo. Há algumas cidades pelo mundo que já puderam ver seu meio urbano modificado e melhorado por esse conceito, a exemplo de Copenhague na Dinamarca.

Para esse modelo de cidade funcionar a estrutura urbana deve ser capaz, basicamente, de priorizar as pessoas!

mente, de priorizar as pessoas!

E aqui encontramos nosso primeiro contraponto quando analisamos o que vem sendo executado no sistema viário de São Luís. As Intervenções urbanas realizadas no último ano estão na contramão desses conceitos contemporâneos de cidades compactas ou cidades para pessoas. Estamos vendo intervenções nas vias que dão cada vez mais espaço para os carros e, menos espaço para os pedestres e bicicletas.

Podemos aqui citar: a proibição das bicicletas na orla da praia do olha d'água, a retirada de travessias de pedestres com sinalização semafórica na Av. Colares Moreira, a não implantação das ciclovias em todas as intervenções na Av. Dos Holandeses, sendo que as ciclovias estavam previstas em projeto e não foram executadas, a grande intervenção na rotatória da PM no bairro do calhau que não conta com a previsão de ciclovias ou ciclofaixas. Esses são apenas alguns exemplos dentre tantos que temos visto.

Fazendo essa análise fica mais fácil entender por que nossos ciclistas vêm sofrendo tantos sinistros. É certo que tivemos um aumento no número de ciclistas na cidade nos últimos anos, cidadãos que despertaram para os diversos benefícios que esse modal traz, são benefícios físicos que auxiliam na saúde, é uma forma de diversão e ainda um meio de transporte. Como exemplo podemos citar o grupo Pedal das Minas[4], que vem militando sobre a questão das melhores condições de mobilidade urbana, especialmente do ponto de vista dos modais não motorizados. Esses diversos grupos têm feito força sobre o poder público no sentido de transformar a mobilidade urbana de São Luís para receber melhor os pedestres e ciclistas, mas quando as intervenções finalmente chegaram (...) cadê as ciclovias? Cadê as ciclofaixas? O trânsito livre só chegou para os carros! É decepcionante!

É certo que transformar o urbanismo de São Luís com todas as características de Cidades Compactas, ou implementar características de cidades sustentáveis não é tarefa fácil! É algo que leva tempo, tem um certo custo e dá muito trabalho! Mas é preciso aproveitar o que está sendo feito agora para iniciar nossa jornada por um bom caminho (...) caminho esse LIVRE para os PEDESTRES e CICLISTAS!

[1] Mascaró, Juan Luis. Loteamentos urbanos. Porto Alegre, 2003.

[2] Modal é usado para descrever algo que está relacionado a um modo específico de fazer algo, como em "modalidade de transporte" (diferentes formas de transporte, como carro, ônibus, trem, etc.)

[3] Richard Rogers, Cidades para um pequeno planeta. CIDADES COMPACTAS – O DESESAFIO DO PLANEJAMENTO INTEGRADO – AETEC

[4] Pedal das Minas São Luís (@pedaldasmnasslz) • Fotos e vídeos do Instagram

O IMPARCIAL

EMPRESA PACOTILHA SA

Rua Assis Chateaubriand, 01 - Renascença II
São Luís - Maranhão - CEP 65075-670

Pedro Freire
Diretor-Presidente
pedrobfreire@oimparcial.com.br

Raimundo Borges
Diretor de Redação
borges@oimparcial.com.br

Patrícia Freire
Gerente Financeira
patriciafreire@oimparcial.com.br

Celio Sergio
Superintendente de Produção
celiosergio@oimparcial.com.br

FALE CONOSCO - GRUPO O IMPARCIAL

REDAÇÃO
(98) 99144-5641

COMERCIAL
(98) 99116-1624

ASSINATURAS
(98) 99144-5645

REDES SOCIAIS
Whatsapp: (98) 99144-5641

ASSINATURAS
(98) 99144-5646

Twitter: @oimparcialonline
Instagram: @oimparcial
www.oimparcial.com.br

São Luís, quarta-feira, 15 de maio de 2024

CÂMARA DE SÃO LUÍS

Câmara de vereadores cobra respostas da Semus

Convocação de autoria do vereador Pavão Filho, teve como objetivo buscar respostas à população e garantir transparência e eficiência na gestão da saúde pública municipal

Parlamentares da Câmara Municipal de São Luís sabatinaram a secretária Municipal de Saúde (Semus), Ana Carolina Marques Mitre da Costa, em sessão desta terça-feira (14). O debate é fruto de convocação de autoria do vereador Pavão Filho (PSB) e teve como objetivo buscar respostas à população e garantir transparência e eficiência na gestão da saúde pública municipal. Na ocasião, os vereadores cobraram esclarecimentos sobre uma série de questões que impactam diretamente o sistema de saúde do município.

Pavão Filho ressaltou a importância do debate com a gestora na prestação dos devidos esclarecimentos à população. “A presença da secretária é fundamental para que possamos obter informações detalhadas sobre esses importantes temas. A transparência e a prestação de contas são pilares essenciais para o bom funcionamento do sistema de saúde municipal e estamos confiantes de que esta sessão contribuirá significativamente para

melhorar a gestão e a qualidade dos serviços oferecidos à população de São Luís”, avaliou.

“Me coloco à disposição para esclarecer as dúvidas, explicar sobre as solicitações e também falar da minha carreira e administração na pasta. A saúde do município é ‘porta aberta’ para todos os demais municípios do Maranhão. Temos grandes desafios, mas eu, que estou há um mês à frente desta pasta, me comprometo com a melhor qualidade deste serviço e recebo quem nos busca para esclarecimentos”, frisou Ana Mitre da Costa.

Entre os pontos abordados, destacou para a conclusão das obras do Hospital Dr. Odorico Amaral de Matos, o Hospital da Criança. Esta é uma demanda urgente e vital para a cidade, uma vez que a conclusão dessas obras é fundamental para ampliar a capacidade de atendimento pediátrico e melhorar a qualidade dos serviços de saúde voltados para as crianças de São Luís e região. Sobre o hospital, a gestora informou que houve expan-

são da unidade, com abertura de mais leitos, implantação de centro cirúrgico e todos os exames de imagens, realizando a média de 11 mil atendimentos mensais.

“Hoje, a unidade consegue suprir todas as necessidades das crianças que buscam o serviço e tem a condição de fazer exames de imagem, cirurgias diversas e outros atendimentos que não eram ofertados na antiga estrutura do hospital”, destacou Ana Mitre da Costa. Sobre a conclusão da obra, ela disse que não estava na gestão à época, mas se comprometeu a levantar os dados e enviar à Câmara.

Outro ponto debatido foi a construção do Hospital Veterinário. Este projeto representa um avanço significativo no cuidado com os animais e na promoção da saúde pública. Para que se tenha clareza sobre os custos envolvidos e o cronograma de conclusão da obra, a secretária informou que o processo está em andamento e após análise de recursos será dada continuidade às ações.

JUSTIÇA

MPMA pede afastamento de ex-deputado estadual

O Ministério Público do Maranhão (MPMA), por meio da 2ª Promotoria de Justiça Defesa do Patrimônio Público, Ordens Tributária e Econômica e Saúde, solicitou decretação de medidas cautelares nesta segunda-feira, 13, para afastamento do ex-deputado estadual José Alves Cavalcante (mais conhecido como Pastor Cavalcante) e mais seis pessoas da gerência da Convenção dos Ministros das Igrejas Evangélicas Assembleias de Deus do Seta no Sul do Maranhão (Comadesma). O pedido foi feito à 1ª Vara Criminal de Açailândia.

As medidas cautelares, requeridas pelo promotor de justiça Denys Lima Rêgo, foram consequência da operação Damnare Aviritia (“ganância maldita”, em latim). O termo refere-se a alguém que realiza a obra divina de forma fraudulenta.

O MPMA também pede que os investigados sejam afastados das gestões financeiras das igrejas e proibidos provisoriamente de usar veículos apreendidos.

Além do ex-parlamentar, as medidas referem-se a Jefte Lima Cavalcante (filho do pastor), José Felix Costa Junior, José Genário Pereira de Brito (pastor), Jerfson Lima Cavalcante, Idequel da Silva Sodré e José Vagnaldo Oliveira Carvalho.

DAMNARE AVIRITIA

A operação teve origem, em agosto de 2020, após o MPMA instaurar Procedimento Investigatório Criminal (PIC), para apurar eventuais irregularidades na gestão de recursos públicos pelo Pastor Cavalcante.

A quebra de sigilos bancário e fiscal

do ex-deputado revelou a existência de um suposto esquema fraudulento de “rachadinha”, no qual o pastor se apossava de parte da remuneração de cinco assessores nomeados para o gabinete dele na Assembleia Legislativa do Maranhão (Alema).

De acordo com informações da Alema, quando os proventos dos funcionários eram depositados, os servidores sacavam total ou quase totalmente em espécie (aproximadamente de 8 a 10 mil reais). Sendo assim, mensalmente, o deputado estadual estaria dispondo de, pelo menos, 50 mil reais, vindos da remuneração dos assessores.

MOVIMENTAÇÕES ATÍPICAS

Além disto, a Promotoria de Justiça constatou movimentações atípicas nas contas dos investigados, das igrejas e da Comadesma, presidida pelo Pastor Cavalcante.

Também foram verificados diversos indícios de lavagem de dinheiro, apropriação indébita dos valores pertencentes às Igrejas Assembleias de Deus e enriquecimento ilícito.

Documentos demonstram que a família Cavalcante possui mais de 27 propriedades no nome dela, incluindo terrenos em Açailândia e fazendas compradas em 2024 pelo valor de R\$ 8 milhões.

O Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) observou que, nos três últimos anos, as contas de José Cavalcante, Jefte Cavalcante e José Felix tiveram movimentação de R\$ 27 milhões. O valor difere dos R\$ 2,85 milhões declarados por José Cavalcante à Justiça Eleitoral. Chama atenção o

fato de que, no ano anterior, o pastor tenha comprado uma fazenda por R\$ 8 milhões.

“É possível constatar apropriação indébita dos bens da Comadesma pela família Cavalcante e pastores próximos, desde transferência diretamente às suas contas; pagamentos das compras de fazenda realizada pela família e compras exageradas de materiais de construção, vidro e combustível”, explicou o promotor de justiça.

No que se refere a combustível, somente no mês de novembro de 2022, mês posterior às eleições daquele ano, foi gasto o valor de R\$ 328,2 mil.

“Há constantes prejuízos às organizações religiosas por meio de reiterados crimes de lavagem de dinheiro e desvio de valores da convenção, assim como influência dos investigados na colheita de provas”, justifica o órgão ministerial.



BASTIDORES

Raimundo Borges
bastidores@oimparcial.com.br



Extremistas pastam na lama da tragédia do RS

O dito popular que se tornou um alerta e uma lição na pequena frase sobre o valor da verdade, hoje tem o sentido distorcido. “A mentira tem pernas curtas”. Trata-se de uma metáfora que as tecnologias do mundo moderno engoliram. Ninguém mais sai andando para disseminar uma mentira na vizinhança. O desejo de distorcer a verdade, boicotar intenções e prejudicar o outro, virou meio de vida de desocupados, que ganham fortunas nas redes sociais pulverizando, via satélite, a mente das pessoas com o veneno da mentira, chamada de fake news. Elas dão a dimensão da politicagem odiosa adotada para desmoralizar as ações do governo Lula no socorro aos flagelados das cidades do Rio Grande do Sul.

O estado de guerra que se instalou nas cidades gaúchas em razão da tragédia das inundações, com 2,1 milhões de atingidos, 150 mortes e uma multidão de desesperados de todas as classes sociais, não sensibiliza os extremistas das fake news. Estranhamente, eles agem sob as vistas grossas do Ministério Público e das polícias estaduais e federais. A escalada da mentira é tamanha que chama a atenção de acadêmicos, juristas e jornalistas que cobrem o drama daquela população. O jurista Pedro Serrano cobra providências, com punição severa contra os autores das fake news. O âncora do Jornal Nacional William Bonner foi atacado verbalmente por um desses extremistas de direita, com um monte de mentiras e insultos.

O contexto da tragédia alcança mais de dois milhões de pessoas em 447 municípios. A dor desse mundo de gente que de uma hora para outra perdeu casa, sossego, familiares, emprego, empresas, comida e o futuro, ainda assim são alvos do ódio, transformado em fake news de bolsonaristas, provedores da política selvagem do valeduto. Como nas eleições, as fábricas robotizadas de mentiras estão operando em escala impressionante, dia e noite, chamando a atenção até de generais do Exército. Mas não se tem conhecimento de nenhuma ação direta do MP e da PF para identificar e punir os criminosos virtuais.

Segundo matéria do jornal O Globo, em quase três semanas de tragédia no RS, pelo menos 20 notícias falsas foram ampliadas nas redes sociais por políticos, influenciadores e artistas, quase todos ligados à extrema direita. As postagens originais alcançaram absurdos 13,46 milhões de visualizações. Na Câmara, sete deputados federais foram alvos de ação judicial movida pelo PSOL, na última 2ª feira, 13, por propagação de fake news. São eles: Filipe Martins (PL-TO), Gilvan da Federal (PL-ES), Paulo Bilynskij (PL-SP), Caroline de Toni (PL-SC), General Girão (PL-RN), Coronel Assis (União-MT) e Coronel Ulysses (União-AC).

Letícia Capone, do Grupo de Pesquisa em Comunicação, Internet e Política da PUC-Rio, destacou que as fake news podem causar pânico, dificultar operações de resgate, colocar a segurança pública em risco, desacreditar as ações do governo e as campanhas solidárias que se espalharam pelo país e o mundo. As fakes falam de falta de medicamentos, de tributação das doações, de recusa de médicos em ajudar – num desprezo odioso às ações corajosas e heroicas dos profissionais da saúde, da defesa civil, de voluntários, das polícias e das Forças Armadas para salvar vida. Portanto, não há como não ficar indignado diante desses seres desprezíveis que usam a tragédia humana do Rio Grande para ganhar dinheiro, fazendo a sujeira da política se fortalecer nas mentiras.

Nicolao promovido (1)

O procurador-geral da República, Paulo Gonet, indicou nesta terça-feira (14), o subprocurador-geral da República Nicolao Dino para assumir a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), órgão considerado estratégico no MPF.

Nocolao promovido (2)

Nocolao é irmão do ministro do Supremo Tribunal Federal, Flávio Dino e a indicação já foi aprovada pelo Conselho Superior do MPF. Em 2017 ele ficou no primeiro lugar na lista tríplice para suceder Rodrigo Janot na chefia da PGR, mas Michel Temer preferiu nomear Raquel Dodge.

PESQUISA

Maranhão gasta R\$ 2,8 bilhões com o judiciário

Pesquisa realizada pela organização Justa mostra que o Maranhão é o estado que proporcionalmente mais comprometeu verbas para manutenção do sistema de justiça

SAMARTONY MARTINS
Com informações do Justa

Um estudo recente realizado pela organização Justa, especializada em economia política da justiça, revelou que o Estado do Maranhão se destaca como o principal investidor nas instituições de justiça em relação ao orçamento estadual de 2022. No total, o Executivo disponibilizou R\$ 2,8 bilhões para as instituições de justiça no estado, sendo mais da metade, R\$ 1,5 bilhão, somente para as folhas de pagamento.

Segundo os dados da pesquisa "Justiça e Orçamento 2022", o Maranhão alocou uma parcela significativa, equivalente a 12,5% dos recursos previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA), para custear o Tribunal de Justiça, o Ministério Público e a Defensoria Pública do Estado. Vale ressaltar que a receita total estimada referente ao exercício daquele ano corrente, foi no valor de R\$ 24.098.450.050,00 (vinte e quatro bilhões, noventa e oito milhões, quatrocentos e cinquenta mil e cinquenta reais).

Uma análise mais profunda revela que, enquanto o orçamento total do Estado do Maranhão aumentou em 13% de 2021 para 2022, os recursos destinados às instituições de justiça cresceram ainda mais, alcançando um aumento de 49,4% no mesmo período. Destes, a verba direcionada exclusivamente ao Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) registrou um aumento significativo de 66% em comparação a 2021.

TJ-MA obteve a maior fatia do orçamento estadual



TJMA (FOTO), MPMA E DEFENSORIA CONSUMIRAM R\$ 2,8 BILHÕES DOS COFRES PÚBLICO

Destaca-se que o TJ-MA obteve a maior fatia do orçamento estadual entre as instituições de justiça, representando 8,8% de todos os repasses do Maranhão, totalizando R\$ 2 bilhões. Este valor, proporcionalmente, supera o orçamento destinado a 10 áreas de vital importância social, incluindo: transporte (R\$ 565 milhões), assistência social (R\$ 552 milhões), saneamento (R\$ 550 milhões), cultura (R\$ 119 milhões), gestão ambiental (R\$ 50 milhões), trabalho (R\$ 50 milhões), comércio e serviços (R\$ 37 milhões), indústria (R\$ 28 milhões), organização agrária (R\$ 26 milhões) e habitação (R\$ 25 milhões).

Outras instituições, como o Ministério Público do Maranhão e a Defensoria Pública, também receberam aumentos significativos em seus repasses, com valores de R\$ 632 milhões e R\$ 205 milhões, respectivamente, representando aumentos de 20% e 23% em relação ao ano anterior.

É relevante notar que uma parte substancial desses recursos foi destinada à folha de pagamento. Do total destinado ao TJ-MA, 51% (R\$ 1 bilhão) foi direcionado para esse fim, enquanto no Ministério Público esse percentual foi de 71% (R\$ 450 milhões) e na Defensoria Pública foi de 59% (R\$ 122 milhões).

Créditos adicionais orçamentários

Por outro lado, a pesquisa também aponta para práticas questionáveis no que diz respeito aos créditos adicionais orçamentários. Essas despesas, não previstas inicialmente na LOA, têm sido remanejadas sem a devida análise do Legislativo estadual, violando os procedimentos constitucionais. No caso do Maranhão, a LOA de 2022 permitiu ao governo transferir até 50% do orçamento estadual em créditos adicionais sem a necessidade de aprovação legislativa.

Nesse contexto, o Maranhão se destacou como o Estado que mais liberou créditos adicionais para as instituições de justiça em 2022, entre os estados analisados pela pesquisa. O montante total repassado foi de R\$ 643 milhões, sendo que R\$ 216 milhões foram destinados exclusivamente para folhas de pagamento.

No último período, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) foi agraciado com a maior parcela da verba extra distribuída, totalizando R\$ 471 milhões. Em contrapartida, áreas cruciais como educação sofreram uma redução de 6% em seu orçamento, enquanto gestão ambiental, indústria, saneamento, ciência e tecnologia enfrentaram cortes ainda mais severos, com diminuições de 32%, 38%, 39% e 40%, respectivamente. O Ministério Público do estado também foi contemplado com créditos adicionais no valor de R\$ 135 milhões, enquanto a Defensoria Pública recebeu R\$ 37 milhões em verbas extras durante esse período.

A magnitude dos recursos direcionados às instituições de justiça no Maranhão em 2022 é expressiva, ultrapassando o montante total destinado a importantes áreas governamentais como habitação, trabalho, indústria, organização agrária, ciência e tecnologia, gestão ambiental, agricultura, cultura, esporte e lazer, que so-

mas totalizaram R\$ 632 milhões.

Luciana Zaffalon, diretora-executiva do Justa, enfatiza a relevância desses dados, destacando o peso do sistema de justiça nos orçamentos estaduais e ressaltando a liberação de recursos às instituições de justiça sem a devida autorização do Poder Legislativo. "O alto custo das instituições de justiça nos estados vai na contramão dos investimentos que têm sido feitos em áreas essenciais da administração pública, como habitação, trabalho e educação. Além da proporção significativa do orçamento desembolsado para o sistema de Justiça, em especial para folhas de pagamento, há a liberação de créditos adicionais, por parte do Executivo, para suplementar a verba de Tribunais de Justiça, Ministério Público e Defensoria Pública. Investe-se muito em instituições voltadas à solução de problemas e pouco na prevenção dos problemas, que são as áreas que promoverão, de fato, qualidade de vida para a população", avalia.

Tribunal de Justiça do

Maranhão x Educação

O estudo do Justa mostra que o orçamento do TJ-MA é três vezes maior do que o orçamento combinado das Instituições de Ensino Superior (IESs) do Estado. Enquanto o TJ-MA teve um orçamento de R\$ 2 bilhões em 2022, as IESs do Maranhão somaram um total de R\$ 661 milhões no mesmo período. O Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão teve um orçamento de R\$ 219,5 milhões, a Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão recebeu R\$ 66,9 milhões e a Universidade Estadual do Maranhão teve um orçamento de R\$ 374,9 milhões.

Cabe destacar que, nos estados analisados pelo estudo, os Tribunais de Justiça são os que recebem, entre

as três instituições de justiça, maior fatia do orçamento e de créditos adicionais, concentrada principalmente para as folhas de pagamento.

"Os créditos adicionais são um mecanismo que permite que o governo dê recursos a mais para as instituições que têm atribuição de fiscalizar e julgar os seus atos. Ou seja, aqueles que podem promover a responsabilização do Estado estão recebendo recursos a mais, de forma oculta e contrariando o que está previsto na Constituição. Quando o governo decide sozinho como e para quem distribuir os créditos adicionais, as discussões deixam de ser públicas e transparentes, restringindo-se somente às partes interessadas. Além disso, enquanto há distribuição de verbas extras sem debate público, faltam recursos para áreas essenciais que garantem os direitos da população, sem que haja responsabilização do governo", avalia Luciana Zaffalon.

Destaques estaduais

O estudo contempla dados do Acre, Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rondônia, São Paulo e Tocantins. O Pará também compõe o estudo, mas de maneira parcial, já que não disponibilizou os dados do MP do Estado. Amazonas, Amapá, Mato Grosso e Roraima não disponibilizaram as informações solicitadas pelo Justa.

MUTIRÃO

Mais de 2500 atendimentos oftalmológicos em São Luís



DUARTE JR DESTINO POU EMENDAS PARA O MUTIRÃO DE SAÚDE

O deputado federal Duarte Jr (PSB), realizou, neste final de semana, mutirão de consultas oftalmológicas financiadas com recursos das suas emendas federais. A ação percorreu diversos bairros da cidade, proporcionando atendimentos para mais de 2.500 pessoas.

Além das consultas, os participantes tiveram acesso a exames e, para aqueles que necessitavam, foram fornecidos óculos de grau gratuitamente. O mutirão também incluiu a realização de cirurgias oftalmológicas para corrigir problemas como catarata e pterígio, tudo de forma rápida com agendamento para até 8 dias da consulta.

O financiamento dessa iniciativa foi possível graças aos recursos provenientes das emendas do deputado, demonstrando seu compromisso em promover a saúde visual da população de São Luís. "Estamos contribuindo para diminuir a fila da saúde em São Luís", pontuou Duarte, que percorreu todas as ações, realizadas no HCl, Bairro de Fátima, Vila Palmeira e Ivar Saldanha.

Na próxima semana, está prevista a continuação do mutirão. Para aqueles que desejam participar ou saber mais informações sobre os próximos locais de atendimento, Duarte Jr. incentiva a acompanhar suas redes sociais para ficar por dentro de todas as novidades.

Com essa iniciativa, o deputado reforça seu comprometimento com o bem-estar e a saúde da comunidade, mostrando que cuidar da visão é uma prioridade para garantir uma melhor qualidade de vida para todos.

ELEIÇÕES 2024

Vitória de Suane Dias é apontada pela Econométrica em Gonçalves Dias

E entre estes candidatos, em quem o(a) Sr(a) votaria?

Resposta	Total
Suane Dias	53,1
Romeu	41,9
Nulo	0,9
Não Sabe/Não Responde	4,1
Total	100,0

E em quem o(a) Sr(a) NÃO votaria? (REJEIÇÃO)

Resposta	Total
Romeu	38,8
Suane Dias	26,6
Não Sabe/Não Responde	34,7
Total	100,0

PESQUISA ECONOMÉTRICA

Suane Dias aparece com 53,1% das intenções de voto, estando mais de 10% à frente do segundo colocado, Romeu, com 41,9%, de acordo com dados da pesquisa estimada.

No cenário espontâneo, Suane Dias também fica em primeiro, obtendo 43,4% das intenções de voto, contra 37,2% do segundo colocado, Romeu. A pré-candidata Suane Dias tem ainda a menor rejeição, com 26,6%. A pesquisa aponta que 38,8% dos ouvidos não votariam em Romeu.

A pré-candidata conta com o apoio do Governo do Estado e do secretário de Estado de Assuntos Municipais, Orleans Brandão.

O levantamento foi registrado no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sob o número MA-00886/2024, com realização nos dias 2 e 3 de maio, na sede e nos povoados. O erro amostral é de 5,5%, com um intervalo de confiança de 95%.

São Luís, quarta-feira, 15 de maio de 2024

MUNICÍPIO DE ARARI-ESTADO DO MARANHÃO
PODER EXECUTIVO
AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2024 - SRP. O Município de Arari (MA), por meio da Secretaria de Obras, Serviços Urbanos e Transporte, avisa aos interessados que fará realizar Licitação na seguinte modalidade e condições.

FERNANDO FALCÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDO FALCÃO/MA
AVISO DE LICITAÇÃO: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 007/2024/CPL. PROCESSO ADMINISTRATIVO 009/2024/SEMO. A Prefeitura Municipal de Fernando Falcão - MA, torna público para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade: CONCORRÊNCIA, na forma ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL.

SÃO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 90012/2024- SRP - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 74/2024
AVISO DE LICITAÇÃO
INTERESSADO: Município de São Raimundo das Mangabeiras - MA
Objeto: Registro de Preço para futura e eventual contratação de Empresa para fornecimento de brinquedos infantis, visando atender as necessidades do município de São Raimundo das Mangabeiras - MA.

LAGO PEDRA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2024-SRP
O Município de Lago da Pedra (MA), por meio da Secretaria Municipal de Administração e Serviços Públicos, avisa aos interessados que fará realização de licitação na seguinte modalidade e condições.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARI ESTADO DO MARANHÃO
PODER EXECUTIVO
AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA - ELETRÔNICA Nº 002/2024
A Prefeitura Municipal de Arari - MA, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar, sob a égide da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, da Lei Complementar nº 123/2006 e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, licitação na modalidade Concorrência - Eletrônica, do tipo Menor Preço Global.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMAPÁ DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO DE LICITAÇÃO PÚBLICA
AVISO DE LICITAÇÃO. CONCORRÊNCIA Nº 002/2024. O MUNICÍPIO DE AMAPÁ DO MARANHÃO, Estado do Maranhão, através da Secretaria Municipal de Educação, torna público que fará licitação na modalidade Concorrência. Regido pela Lei Federal nº14.133/21, e demais legislação correlata, conforme art. 187 da Lei nº14.133/21.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMAPÁ DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO DE LICITAÇÃO PÚBLICA
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 009/2024
O Município de Amapá do Maranhão/MA, através da Secretaria Municipal de Administração e finanças - MA, localizada na Av. Milton Lemos, s/n, Centro, Amapá do Maranhão - MA, torna público que promoverá Licitação na modalidade Pregão Eletrônico, tendo por objetivo Seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajosa visando o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de pessoa(s) jurídica(s) para o Fornecedor de Material de Limpeza e utensílios doméstico para cozinha de interesse do Município de Amapá do Maranhão-MA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2024 - SRP
A Prefeitura Municipal de Bom Jardim, torna público para conhecimento dos interessados, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 de 01/04/2021 e suas alterações posteriores que realizará licitação, na modalidade Pregão, na forma eletrônica, do tipo menor preço por item, sob regime de Empreitada por preço unitário, tendo por objeto Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços, organização e realização de eventos, para atender as demandas da Prefeitura Municipal de Bom Jardim/MA.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMAPÁ DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO DE LICITAÇÃO PÚBLICA
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 010/2024
O Município de Amapá do Maranhão/MA, através da Secretaria Municipal de Administração e finanças - MA, localizada na Av. Milton Lemos, s/n, Centro, Amapá do Maranhão - MA, torna público que promoverá Licitação na modalidade Pregão Eletrônico, tendo por objetivo Seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajosa visando o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de pessoa(s) jurídica(s) para o Fornecedor de Material de Expediente e Didático de interesse do Município de Amapá do Maranhão-MA.

COOPERATIVA DE TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO SÃO MARCOS
ASSEMBLEIA GERAL E EXTRAORDINÁRIA (AGE) DA COOPERATIVA DE TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO SÃO MARCOS (COOPTESM).
O Presidente COOPERATIVA DE TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO SÃO MARCOS (COOPTESM), CNPJ/MF: 69.423.424/0001-65, no uso das atribuições conferidas pelo Estatuto Social convoca os senhores cooperados, que nesta data somam-se 125 (cento e vinte e cinco) cooperados, em pleno gozo de seus direitos sociais, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária que se realizará no 2º andar do Hotel das Holandesas nº 22, sala 12, Calhau - São Luis - MA, no dia 25 de maio de 2024 (sábado).

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2024 - SRP
A Prefeitura Municipal de Bom Jardim, torna público para conhecimento dos interessados, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 de 01/04/2021 e suas alterações posteriores que realizará licitação, na modalidade Pregão, na forma eletrônica, do tipo menor preço por item, sob regime de Fornecedor, tendo por objeto Registro de preços para futura e eventual contratação de pessoa jurídica especializada para o fornecimento de material permanente para atender as secretarias municipais de Bom Jardim/MA.

Sindileite
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
O Presidente do Sindicato das Indústrias de Leite e Derivados do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, convoca os sócios filiados deste Sindicato para a Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 23 de maio, quinta-feira, às 10:00, na Casa da Indústria Edison Baldez das Neves, escritório da FIEMA, Rua Monte Castelo, nº 273, Centro, Imperatriz - MA, em sua primeira convocação, ou às 10:30 em segunda convocação, com a presença mínima de 1/5 (um quinto) dos filiados.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2024 - SRP
A Prefeitura Municipal de Bom Jardim, torna público para conhecimento dos interessados, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 de 01/04/2021 e suas alterações posteriores que realizará licitação, na modalidade Pregão, na forma eletrônica, do tipo menor preço por lote, tendo por objeto Registro de preços para futura e eventual contratação de pessoa jurídica especializada para manutenção de veículos com fornecimento de peças para veículos automotores de Bom Jardim/MA.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BACURI
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2024. Processo Administrativo nº 06.2204.0001/2024. OBJETO: Contratação de empresa para a prestação de serviços e recebamento de vias públicas. MODALIDADE: Pregão. FORMA: Eletrônica. TIPO: Menor Preço global. BASE LEGAL: Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. DATA DE ABERTURA: 31 de maio de 2024 às 09:00 horas.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BACURI
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2024/PMB. Ref: Processo Administrativo nº 15/2024. A PREFEITURA MUNICIPAL DE BACURI, ESTADO DO MARANHÃO, torna público aos interessados que realizará às 09:00hrs do dia 19 de Junho de 2024 na sala da Comissão Permanente de Licitação/CPL, situada na Avenida 07 de Setembro, nº 10, Centro, Bacuri/MA, licitação na modalidade CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA, tipo menor preço por item, modo de disputa(aberto). Objeto: Contratação de empresa especializada em construção civil, para realização da construção de muros nas escolas Municipais em Bacuri/MA, sob regime de empreitada por menor preço global.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BACURI
AVISO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2024. Processo Administrativo nº 06.2204.0001/2024. OBJETO: Contratação de empresa para a prestação de serviços e recebamento de vias públicas. MODALIDADE: Pregão. FORMA: Eletrônica. TIPO: Menor Preço global. BASE LEGAL: Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. DATA DE ABERTURA: 31 de maio de 2024 às 09:00 horas.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BACURI
AVISO ADIAMENTO DE LICITAÇÃO. CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2024/CPL/PMB. A PREFEITURA MUNICIPAL DE BACURI, ESTADO DO MARANHÃO, torna público que em virtude do ponto facultativo do dia 30 de Maio de 2024, COMUNICA a quem interessar que fica ADIADO a abertura da CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2024/CPL/PMB, do dia 30 de Maio de 2024, que tem como objeto AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL E SUAS ORGANIZAÇÕES PARA ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA DO MUNICÍPIO DE BACURI, para o dia 31 de Maio de 2024, às 10:00 horas, local no mesmo endereço sala da CEL da Prefeitura Municipal de Bacuri/MA, na forma da Lei nº 11.947/2009 e resolução nº 38/2009. Bacuri/MA, 14 de Maio de 2024. Linelson Ribeiro Rodrigues - Presidente da CEL.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BACURI
AVISO ADIAMENTO DE LICITAÇÃO. CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2024/CPL/PMB. A PREFEITURA MUNICIPAL DE BACURI, ESTADO DO MARANHÃO, torna público que em virtude do ponto facultativo do dia 30 de Maio de 2024, COMUNICA a quem interessar que fica ADIADO a abertura da CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2024/CPL/PMB, do dia 30 de Maio de 2024, que tem como objeto AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL E SUAS ORGANIZAÇÕES PARA ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA DO MUNICÍPIO DE BACURI, para o dia 31 de Maio de 2024, às 10:00 horas, local no mesmo endereço sala da CEL da Prefeitura Municipal de Bacuri/MA, na forma da Lei nº 11.947/2009 e resolução nº 38/2009. Bacuri/MA, 14 de Maio de 2024. Linelson Ribeiro Rodrigues - Presidente da CEL.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMA CAMPOS
AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2024 - REGISTRO DE PREÇOS
O MUNICÍPIO DE LIMA CAMPOS, Estado do Maranhão, através da Prefeitura Municipal de Lima Campos, torna público para conhecimento dos interessados o adiamento "SINE DIE" da sessão do Pregão Eletrônico nº 020/2024, para registro de preços, do tipo menor preço, cujo objeto é a futura e eventual contratação de pessoa(s) jurídica(s) para o fornecimento de materiais elétricos e hidráulicos, de interesse desta Administração Pública Municipal. Motivo: devido à necessidade de análise detalhada e criteriosa de impugnações ao edital, visto que tempestivas. Nestes termos, considerando a extensão e a complexidade técnica da matéria e, ainda, devido à necessidade de recorrer à manifestação da Secretaria Requisitante e/ou do Setor Jurídico deste Município, buscando dar segurança à decisão referente às impugnações apresentadas, se faz necessário o presente adiamento. Informamos ainda que, sendo evidenciada a necessidade de alteração do Edital, a presente licitação será republicada na forma da Lei nº 14.133/2021, na plataforma eletrônica www.portaldecompraspublicas.com.br.

SINDJUSMA
SEU DIREITO, NOSSA LUTA!
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO SINDICATO DOS SERVIDORES DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO - SINDJUS/MA. O Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado do Maranhão - SINDJUS/MA, CNPJ nº11.013.026/0001-90, com sede em São Luis na Rua das Cajazeiras, 43, Centro, CEP: 65.015-080, neste ato representado por seu Presidente George de Jesus dos Santos Ferreira, CONSIDERANDO a deliberação da Diretoria Executiva do Sindjus/MA, tomada na última reunião realizada em 10 de maio de 2024, nos termos do Art. 6º, § 2º, a linha I do Estatuto Social do SINDJUS/MA, bem como nos termos da letra "b" do Parágrafo Único, do artigo 3º, do Regulamento da Assembleia Geral do SINDJUS/MA, tendo em vista a URGÊNCIA que o caso requer, CONVOCA, todos os servidores do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, filiados ou não, para participar da Assembleia Geral Extraordinária do Sindjus/MA, a ser realizada no dia 15 de maio de 2024, às 19:00hs em primeira convocação ou, não se alcançando o quórum mínimo estatutário, às 19:30min, em segunda e última convocação com o quórum presente a Assembleia. A mesma acontecerá de forma virtual, por meio de vídeo conferência na plataforma Zoom Meeting. O link de acesso que é https://www.sonlive.com.br/assembleiasvirtuais/sindjusma-15-05-24/ bem como, as orientações gerais para participação via internet, também serão disponibilizadas nos canais de comunicação do Sindjus/MA, como site, whatsApp, e redes sociais antes da realização da mesma, sendo assim, para deliberação sobre a seguinte Ordem do Dia: a)Deliberações sobre Proposta referente ao projeto de Lei nº 402024, que altera a tabela de vencimentos dos cargos efetivos do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, constante do anexo IV da Lei nº 11.690, de 11 de maio de 2022, e cria cargos em comissão e funções gratificadas. O método digital proposto depende de equipamento dotado de câmera e áudio, bem como da prévia instalação do aplicativo Zoom Meeting no computador ou no celular que será utilizado para acessar a Assembleia.

LIMA CAMPOS
ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMA CAMPOS
AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2024 - REGISTRO DE PREÇOS
O MUNICÍPIO DE LIMA CAMPOS, Estado do Maranhão, através da Prefeitura Municipal de Lima Campos, torna público para conhecimento dos interessados o adiamento "SINE DIE" da sessão do Pregão Eletrônico nº 020/2024, para registro de preços, do tipo menor preço, cujo objeto é a futura e eventual contratação de pessoa(s) jurídica(s) para o fornecimento de materiais elétricos e hidráulicos, de interesse desta Administração Pública Municipal. Motivo: devido à necessidade de análise detalhada e criteriosa de impugnações ao edital, visto que tempestivas. Nestes termos, considerando a extensão e a complexidade técnica da matéria e, ainda, devido à necessidade de recorrer à manifestação da Secretaria Requisitante e/ou do Setor Jurídico deste Município, buscando dar segurança à decisão referente às impugnações apresentadas, se faz necessário o presente adiamento. Informamos ainda que, sendo evidenciada a necessidade de alteração do Edital, a presente licitação será republicada na forma da Lei nº 14.133/2021, na plataforma eletrônica www.portaldecompraspublicas.com.br.

ESTAVAM JOSÉ DE SOUSA FILHO
Secretário Municipal de Infraestrutura, Urbanismo e Trânsito - Decreto nº 006, de 03 de janeiro de 2024.

SÃO LUÍS (MA), 13 de maio de 2024.
GEORGE DE JESUS DOS SANTOS FERREIRA
Presidente do SINDJUS/MA

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BACURI
AVISO ADIAMENTO DE LICITAÇÃO. CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2024/CPL/PMB. A PREFEITURA MUNICIPAL DE BACURI, ESTADO DO MARANHÃO, torna público que em virtude do ponto facultativo do dia 30 de Maio de 2024, COMUNICA a quem interessar que fica ADIADO a abertura da CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2024/CPL/PMB, do dia 30 de Maio de 2024, que tem como objeto AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL E SUAS ORGANIZAÇÕES PARA ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA DO MUNICÍPIO DE BACURI, para o dia 31 de Maio de 2024, às 10:00 horas, local no mesmo endereço sala da CEL da Prefeitura Municipal de Bacuri/MA, na forma da Lei nº 11.947/2009 e resolução nº 38/2009. Bacuri/MA, 14 de Maio de 2024. Linelson Ribeiro Rodrigues - Presidente da CEL.

Nosso papel tá on, tá impresso, todo dia

FIQUE A PAR DE TUDO, LEIA O IMPARCIAL. O melhor e mais diversificado conteúdo de notícias do Estado. ASSINATURA: (98) 99144-5645. COMERCIAL: (98) 99116-1624. oimparcial.com.br

TRABALHO ESCRAVO MODERNO

29 maranhenses entram na Lista Suja

Segundo informações do MTE, o nome de cada empregador permanecerá publicado por dois anos na Lista Suja como consequência de suas práticas desumanas

CARLOS LEEN
Especial para O Imparcial

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) anunciou uma atualização da Lista Suja, revelando que 248 empresários e fazendeiros foram incluídos devido a submissão de trabalhadores a condições análogas à escravidão.

Essa triste realidade não poupa a Região Tocantina do Maranhão, onde cerca de 29 fazendeiros e empresários foram denunciados.

Segundo informações do MTE, o nome de cada empregador permanecerá publicado por dois anos na Lista Suja como consequência de suas práticas desumanas.

Nesta última atualização, foram excluídos 50 nomes que já completaram

o tempo de publicação estipulado.

A inclusão na Lista Suja não apenas expõe os infratores, mas também sinaliza a determinação do Governo Federal em combater o trabalho escravo moderno.

Autoridades e ativistas ressaltam a importância de uma vigilância contínua e a implementação rigorosa das leis trabalhistas para evitar que tais abusos continuem a ocorrer.



Alguns nomes que estão na Lista Suja



Confira alguns nomes de maranhenses que estão na Lista Suja:

- Abdias Pereira da Silva – Fazenda Bela Vista (Itinga);
- Antônio de Pádua Ferreira Barros – Fazenda Santo Antônio (Montes Altos);
- Antônio Eustáquio Maciel – Fazenda Lajeado (São João do Paraíso);
- Carlos André Sousa de Jesus – Fazenda Pedreira 002 (Bom Jesus das Selvas);
- DT Monteles Limitada – Fazenda Santa Isabel (São João do Sóter);
- Damião Ribeiro Sales – Fazenda Santa Rita (Riachão);
- Dimar Luis da Silva – Fazenda Maravilha (Ribamar Fiquene);
- Edson Aparecido Barbaresco – Fazenda Santo Cristo e Javé Jiré (Balsas);
- F de S Goes Construtora Eireli – Rodovia BR 230 (São Felix de Balsas);

- Floresta Verde Indústria e Empreendimento LTDA – Fazenda Cajueiro (Sítio Novo);
- Francisco da Silva Rocha Filho – Fazenda Morada Nova II (Codó);
- Herbert dos Santos Brito – Povoado Vila Real (Barra do Corda);
- Império Verde Indústria e Empreendimentos LTDA (Fazenda Prata (Davinópolis));
- J de Castro Roman & Cia LTDA – Fazenda Cachimbo (Mirador);
- Jesus Rodrigues Neto – Fazenda Canaã (Imperatriz);
- José Cláudio Alves de Oliveira – Alojamento para Vendedores Ambulantes, bairro Fumacê (São Luís);
- José Rita da Silva Ribeiro – Fazenda Recreio Curral Velho (Sucupira do Norte)
- Manoel Damaso de Sousa – Fazenda Santa Teresinha (Arame);

- Manoel Erasmo Borges Bandeira – Fazenda Bom Retiro (Amarante do Maranhão);
- Marco Aurélio Canova – Fazenda Vontobel (Aldeias Altas);
- Marcos Paulo Queiroz da Silva – Fazenda São Bernardo (Caxias);
- Marvil Indústria e Comércio – Fazenda Cajueiro (Sítio Novo);
- Mirador Indústria e Comércio de Carvão – Povoado Liso (Mirador);
- Moacir Paulo Roman – Fazenda Cachimbo (Ibipira);
- Paulo Celso Fonseca Marinho – Fazenda Estrela (Caxias);
- Rhonan Galletti Gava de Carvalho – Fazenda estrela (Açailândia);
- Samy Wylker Novaes Aguiar – Fazenda São Sebastião (Cidelândia);
- Sirlei Martins Amaral – Rodovia BR 230 (São Felix de Balsas);
- Vivalda Rosa Guterres – São Luís.

MULTA

Plataforma de transporte por aplicativo é condenada por conduta ilegal de motorista

Uma plataforma de transporte privado, a 99 Táxis Desenvolvimento de Softwares Ltda, foi condenada a indenizar uma usuária em mil reais, a título de danos morais. O motivo, conforme sentença proferida no 13º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo de São Luís, foi a conduta imprópria e ilegal por parte de um motorista cadastrado no aplicativo. Na ação, a autora relatou que em 14 de fevereiro deste ano, solicitou os serviços da plataforma, tendo posteriormente cancelado a corrida, mas verificou que o motorista não atendeu ao seu pedido, iniciando uma viagem fictícia, com encerramento em bairro diferente do qual ela mora.



Asseverou ter recebido comunicação da empresa ré, informando que ela estava devendo o deslocamento no valor de R\$ 43,52. De pronto, entrou em contato com a plataforma, não obtendo sucesso, ficando sem poder utilizar os serviços da 99 TÁXIS por quase 30 dias. A demandante, então, entrou na Justiça, requerendo o cancelamento da cobrança, e ainda, indenização por danos morais. Em contestação, a 99 táxis alegou já ter cancelado a cobrança. Relatou, ainda, que a culpa de não dar baixa na viagem é do motorista.

Corrida fictícia

“Estudando o processo, verifico assistir parcial razão à autora em sua demanda (...) Ao contrário do que sustenta, a empresa 99 Táxis integra a cadeia de consumo, afere lucro com as viagens realizadas, tornando-se responsável solidário por eventual má prestação de serviço de seus motoristas parceiros (...) No caso em análise, os documentos comprovam que o motorista parceiro da plataforma informou corrida fictícia, quando deveria obrigatoriamente ter cancelado o pedido de viagem, a fim de não gerar qualquer cobrança para a autora”, observou a juíza Diva Maria de Barros Mendes.

Ao contrário do que sustenta, a empresa 99 Táxis integra a cadeia de consumo, afere lucro com as viagens realizadas, tornando-se responsável solidário por eventual má prestação de serviço de seus motoristas parceiros

Para o Judiciário, a ação temerária da 99 Táxis e de seu motorista parceiro gerou restrição temporária no cadastro da reclamante, o que a impediu de utilizar os serviços da plataforma. “Assim, diante das circunstâncias do caso, e atendendo aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, tenho que por correta a fixação da indenização total em R\$ 1.000,00, mostrando-se suficiente para reparar o dano moral sofrido pela reclamante, sem lhe causar enriquecimento sem causa, e de outra banda, para inibir o reclamado da prática de atos semelhantes, sem causar maiores abalos em seu patrimônio”, finalizou a magistrada.

CCVM

22ª Semana Nacional de Museus tem início

A 22ª Semana Nacional de Museus este ano tem o tema geral "Museus, educação e pesquisa"

As transmissões de saberes tradicionais são marcadas por vivências no coletivo, em momentos sagrados, festivos ou no dia a dia de comunidades, expandindo o conceito de educação. Partindo desse princípio, o Centro Cultural Vale Maranhão comporá a programação da 22ª Semana Nacional de Museus, que este ano tem o tema geral Museus, educação e pesquisa. Serão conversas abertas, contação de história e oficinas com a temática Oralidades: práticas de educar para a coletividade.

A escolha pelo tema partiu da urgência em reconhecer as diversas formas de difusão de saberes tradicionais enquanto métodos legítimos de educação. "A oralidade é a maneira como, para nos manter humanos, conferimos, em movimento original, significados ao mundo. Quem guarda esse movimento ancestral são as comunidades originárias e populares, porque são elas que mantêm relação com o cotidiano e o território. É isso que sustenta o que chamamos hoje de teoria nos ambientes acadêmicos. Mesmo ocupando esse lugar de

importância na transmissão de saberes, a oralidade ainda é relegada a um papel secundário de educação. Contestando essa realidade, a programação do CCVM para a 22ª Semana Nacional de Museus abre espaço para que a oralidade seja pensada com o devido protagonismo", explica Gabriel Gutierrez, diretor do CCVM.

Sabedorias de terreiros são destaque na programação do CCVM

Abrindo a semana, no dia 15/5, às 19h, será realizada a conversa aberta Tradição oral, práticas educativas e dinâmicas de atualização dos sentidos, com Vovó Cici de Oxalá e os professores José de Ribamar Bessa e Dulce Ferreira.

O fazer como catalisador das produções e transmissões de conhecimento é o tema da oficina Saberes do Terreiro, com Vovó Cici de Oxalá e Marlene Costa, que será realizada no dia 16 de maio, das 14h às 17h. A aula apresentará a construção conjunta de sentidos e formas de ler o mundo a partir das técnicas, cantigas e histórias que organizam a produção do alimento nas religiões de matriz afro-brasileiras.

Também no dia 16, às 19h, acontecerá a conversa aberta Cantar, contar e festejar: elaborações sobre a vida compartilhada, com Nadir Cruz, Ademar Danilo e Vovó Jô do terreiro Tumajamacê. A proposta para esta conversa é estimular elaborações acerca da experiência no encontro festivo, tendo a celebração como prática sensível de educar para a vida social, de compreensão do mundo e de produção de sentidos.

E encerrando a programação da 22ª Semana Nacional de Museus no CCVM, Vovó Cici de Oxalá protagonizará a contação de histórias Contos Afro-brasileiros. Nancy de Souza e Silva, mais conhecida como Vovó Cici de Oxalá é griot e Egbomi no Terreiro Ilê Axé Opó Aganju, em Lauro de Freitas (BA). Seu conhecimento sobre a cultura afro-diaspórica fez dela uma cidadã honrada de Salvador, Bahia, Brasil. Recebeu o título de Doutora Honoris Causa da UFBA.

A 22ª Semana Nacional de Museus é uma iniciativa do IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus. Toda a programação é gratuita e com classificação livre. O Centro Cultural Vale Maranhão fica localizado na Rua Direita, nº 149, Centro Histórico de São Luís.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIMARÃES - MA

ERRATA DE AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2024 A Prefeitura Municipal de Guimarães – MA, através da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, torna público aos interessados que a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de organização da Festa Junina do município de Guimarães – MA, o devido aviso de licitação, publicado nos Diários Oficiais do Estado, Município e Jornal de Grande Circulação, fica alterado a data de abertura; ONDE SE LÊ: dia 22 de maio de 2024 às 09:00hs (Nove horas), DEVE-SE LER: 31 de maio de 2024 às 09:00hs (Nove horas). O Edital encontra-se a disposição dos interessados onde poderá ser consultado e retirado gratuitamente na sala da Comissão de Licitação, situada na Rua Dr. Urbano Santos, nº 214, Centro, CEP: 65.255-000, das 08:00 às 12:00h, ou disponível para download gratuitamente nas seguintes páginas: www.guimaraes.ma.gov.br e www.licitanet.com.br. BASE LEGAL: Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações e Decreto nº 10.024/2019 e suas alterações e demais normas constantes no Edital. Mais informações: Na Sala da Comissão de Licitação e/ou no e-mail: guimaraes.ma.cpl@gmail.com. Guimarães/MA, 13 de maio de 2024, **Antônio Marcos Gomes** - CPF: 979.680.803-04 - Secretário Municipal de Cultura e Turismo

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DOS LOPEZ
CNPJ: 06.172.720/0001-10AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 004/2024 – SRP.

O Município de Santo Antônio dos Lopes - MA, torna público aos interessados que, com base na Lei Federal nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar nº. 123/2006 e alterações e demais legislações aplicáveis à espécie, fará realizar às 09h00min do dia 31/05/2024, licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, modo de disputa "aberto", cujo objeto visa o registro de preços, para futura e eventual contratação de pessoa(s) jurídica(s) para prestação de serviços de locação de máquinas pesadas, pelo prazo de 12(doze) meses, para atender às necessidades do município de Santo Antônio dos Lopes/MA. A licitação será realizada no Portal de Compras Públicas – www.portaldecompraspublicas.com.br. O edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no endereço: Praça Abraão Ferreira, S/N, Centro, Prédio da Comissão Permanente de Licitação, de 2ª a 6ª feira, no horário das 08h00min às 12h00min, para consulta presencial, no entanto, o(s) arquivo(s) está(ão) disponibilizado(s) eletronicamente nos seguintes endereços: Portal da transparência do poder executivo Municipal (www.santantoniodoslopes.ma.gov.br) na plataforma de pregão eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br, sistema do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão e também no PNCP – Portal Nacional de Contratações Públicas, onde poderão ser consultados ou obtidos gratuitamente. Para todas as referências de tempo, será observado o horário de Brasília/DF.

Santo Antônio dos Lopes – MA, 13 de maio de 2024.

VAN CLAY LIMA MENDES
Pregoeiro Municipal. - Port. Nº 274/2024 – GPSAL.ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ: 01.612.533/0001-97
Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, nº 100, Centro,
Turiilândia - MA - CEP: 65.276-000

ERRATA. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2024 SRP.

Publicado no dia 13 de maio de 2024, no Jornal O Imparcial, página 04. ONDE LÊ-SE: "Tipo de licitação: Menor Preço Global". LEIA-SE: "Tipo de licitação: Menor Preço por Lote". **Isaque Ribeiro Aniba**, Secretário Municipal de Administração e Finanças, Turiilândia – MA, 14 de maio de 2024.

O IMPARCIAL

O DIGITAL TAMBÉM É O NOSSO NORMAL!

oimparcial.com.br

8 MILHÕES DE ACESSOS

Nosso papel tá on, tá impresso, todo dia

O SISTEMA FIEMA ESTÁ PRESENTE NO DIA A DIA DE BALSAS

A FIEMA, o SESI, o SENAI e o IEL contribuem para o desenvolvimento da indústria e crescimento do Sul do Maranhão.

Esse é o compromisso assumido com a região, maior produtora de grãos do Estado, assim como com seus trabalhadores e empresários, com a oferta de mais oportunidades para as empresas industriais locais e qualificação de ponta para o futuro dos nossos jovens.

O Sistema FIEMA é representatividade, educação, gestão, ensino profissionalizante. É inovação, sustentabilidade, saúde e segurança no trabalho.

É INDÚSTRIA.

CIEMA
AO LADO DO SETOR PRODUTIVO

SESI **SENAI**
PELO FUTURO DO TRABALHO

IEL **FIEMA**
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

www.fiema.org.br



O presidente da Fecomércio, Mauricio Feijó, na moldura de sua filha, a empresária Micheline Feijó, da diretora regional do Sesc-MA, Rutineia Amaral; da diretora de Educação Profissional do Senac Maranhão, Daniela Nogueira; entre outros servidores do órgão

Sistema Fecomércio-MA realiza evento para celebrar o Dia das Mães

O Sistema Fecomércio/Sesc/Senac realizou uma homenagem a todas as mães nesta segunda-feira (13), na sua sede na Av. dos Holandeses, Calhau, que contou com a participação do presidente da Fecomércio-MA, Mauricio Feijó; da diretora regional do Sesc-MA, Rutineia Amaral; da diretora de Educação Profissional do Senac Maranhão, Daniela Nogueira; e da empresária Michelinne Feijó, filha do presidente. Durante a homenagem, as autoridades tiveram um momento de fala e depois foi servido um coffee break, tudo regado com a trilha sonora da cantora Andrea Alves: "Hoje é dia de celebrar o vínculo único entre mães e filhos, um laço que transcende palavras e que cresce, evolui e se fortalece com o passar do tempo. É um momento para reconhecer a resiliência, a generosidade e o amor que emanam delas, e trazem mais unidade e harmonia às famílias", lembrou o presidente da instituição.



O superintendente na Fecomércio-MA, Max de Medeiros, na porta à esquerda, também acompanhou a programação



A cantora Andrea Alves animou o evento com um repertório com o melhor da MPB



Na peça, com texto de Bruno Motta e Daniel Alves, Nany People interpreta uma coach de relacionamentos, pronta para dar conselhos e pitacos sobre a vida a dois

Nany People faz estreia nacional em São Luís de seu novo espetáculo

A atriz e comediante Nany People, um dos maiores ícones do humor no Brasil, vai estrear em São Luís o seu novo espetáculo, "Como Salvar Um Casamento", em única apresentação, na sexta-feira (17), às 21h, no Teatro Arthur Azevedo, às 21h. Desde a fecundação do óvulo pelo "espermatozóide machista" ao casamento de longa data, passando pelos novos formatos de relação, e pelas brigas conjugais, relacionar-se sempre foi um grande desafio. Mas também é possível rir dos altos e baixos da vida a dois. "Quando o texto foi escrito, ele foi inspirado na separação dos meus irmãos. Hoje, eles estão casados de novo, e nesse período, muitos amigos também se casaram e se separaram. Nesta observação da vida a dois, eu vejo que muitas situações são as mesmas e que muitas perguntas continuam sem respostas. A ideia foi, então, aproveitar essa vibe de palestrante motivacional que está tão na moda, e trazer esses e novos questionamentos sobre as relações amorosas para o palco", afirma Nany People.



As aulas serão ministradas pela artista da cultura popular Regina Carmo

Danças juninas maranhenses são tema de oficina no SESC-MA

O São João já começou! E no Sesc a Oficina de Danças e Brincadeiras do Maranhão é a primeira atividade da diversificada lista de programação junina deste ano. O público em geral poderá aprender ou aprimorar seus conhecimentos sobre o universo das danças populares maranhenses. A oficina é gratuita e está com inscrições abertas até o dia 17/05 pelo link <https://forms.office.com/r/170sUR4Z71> No mês reservado para os festejos juninos, o Sesc valoriza e difunde as principais manifestações folclóricas do São João do Maranhão. Destinada ao público a partir de 14 anos, as aulas serão ministradas pela artista da cultura popular Regina Carmo nos dias 22, 23 e 24 de maio, das 14h às 18h, no Sesc Deodoro. A oficina propiciará aos participantes uma imersão nas tradições das danças da cultura maranhense, tais como: o Bumba meu boi, Tambor de crioula, Cacuriá e Dança do Lelê, dentre outras, e já é um aquecimento para período junino.

SENADO FEDERAL

Ivo Rezende defende interesses municipais

Presidente da Famem, aproveitou para reforçar a importância da desoneração da folha de pagamento como uma medida fundamental para aliviar as finanças municipais

Durante uma sessão de debates no Plenário do Senado, o presidente da Federação dos Municípios do Maranhão (Famem) e vice-presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Ivo Rezende, fez uma intervenção enfática em defesa dos interesses municipais nesta segunda-feira (13).

A presença de Ivo Rezende no Senado ocorreu em um contexto em que lideranças municipais, incluindo Paulo Ziulkoski, presidente da CNM, apresentaram ao presidente da casa, Rodrigo Pacheco, a grave situação enfrentada pelas prefeituras em relação à desoneração da folha de pagamento dos municípios. Foram apontadas como causadoras das dificuldades financeiras enfrentadas pelas administrações locais as dívidas previdenciárias, de precatórios, despesas com as áreas da saúde e educação, folha de pagamento dos servidores municipais e as alíquotas patronais.

O presidente do Senado, Rodrigo

Pacheco, reconheceu a importância do diálogo entre os parlamentares e as autoridades municipais, manifestando o compromisso em ouvir e atender às demandas do municipalismo brasileiro.

Ivo Rezende aproveitou o momento para reforçar a importância da desoneração da folha de pagamento como uma medida fundamental para aliviar as finanças municipais. Em sua fala, refutou a ideia de que o Brasil seja o país do futuro e ressaltou que o país é o presente, da luta pelas melhorias feitas 'hoje', e que os políticos estão incumbidos de desempenhar o papel delegado pelo povo. "Como político jovem, de primeiro mandato, estou muito feliz por falar em nome do povo. Também uso essa tribuna para parabenizar o presidente Rodrigo Pacheco e todos os meus companheiros empenhados na causa municipalista", acrescentou o presidente Ivo.

Sua intervenção ressoou a necessidade urgente de medidas que possam minimizar os impactos dos progra-

mas federais sobre os municípios, conforme proposto pelo senador Ângelo Coronel. Acompanhado por lideranças estaduais, Ivo Rezende enfatizou os apelos do movimento municipalista, destacando também a urgência em atender às demandas dos municípios afetados pelas chuvas no Rio Grande do Sul.

Após o encontro, foi decidido que uma proposta consolidada das principais demandas orçamentárias será enviada ao Executivo. Rodrigo Pacheco defendeu a manutenção da alíquota de contribuição sobre a folha de pagamento dos municípios em 8% para 2024, conforme determinado pela Lei 14.784 de 2023, aprovada pelo Congresso Nacional. Esta legislação prorrogou os benefícios fiscais para as prefeituras e 17 setores econômicos até 2027, porém sua aplicação está temporariamente suspensa pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Pacheco está em negociação com o governo federal para uma reintrodução gradual da tributação.

PARIS

Mona Lisa permanecerá no Louvre, decide Justiça francesa

(CRÉDITO: ALAIN JOCARD)



OBRA-PRIMA DO ARTISTA ITALIANO LEONARDO DA VINCI, TAMBÉM CONHECIDA COMO MONA LISA, EXIBIDA NO MUSEU DO LOUVRE

AGENCE FRANCE-PRESS

Sem surpresas, o Conselho de Estado francês rejeitou, nesta terça-feira (14), o pedido de uma associação que solicitava a restituição da Gioconda, obra-prima do artista italiano Leonardo da Vinci, também conhecida como Mona Lisa, exibida no Museu do Louvre, em Paris.

O mais alto tribunal administrativo francês recebeu um pedido da International Restitutions, uma associação misteriosa cuja sede e diretores são desconhecidos, para "declarar inexistente" a decisão do rei Francisco I de "se apropriar" do quadro em 1519.

A associação, que alega agir "em nome dos descendentes dos herdeiros do pintor", esperava que a obra-

prima do Renascimento, que no passado causou atritos entre a França e a Itália, fosse "removida" do inventário do Louvre.

O Conselho de Estado afirmou que a solicitação é "claramente inaceitável" e condenou a International Restitutions a pagar uma multa de 3.000 euros (16.657 reais, no câmbio atual) por procedimento "abusivo".

A associação busca agir para obter a restituição de bens que fazem parte do domínio público para seus "legítimos proprietários", mas para o Conselho de Estado, apenas os próprios poderiam recorrer à Justiça.

Os juízes administrativos consideraram, ainda, que não podem abordar as "decisões" tomadas durante a monarquia francesa.

Pedidos semelhantes dessa organização para obras menos emblemáticas do que a Gioconda nunca progrediram.

Após cair em desgraça perante os Médici, poderosa e influente família do Renascimento em Florença, Leonardo da Vinci (1452-1519) colocouse, em 1516, sob a proteção de Francisco I, rei da França entre 1515 e 1547.

Ao partir da Itália, levou consigo várias de suas obras, incluindo a Mona Lisa. Ele as ofereceu ao soberano francês, que lhe pagou em troca uma generosa pensão. Então, essas obras entraram para as coleções reais e nunca mais saíram da França. A Mona Lisa está exposta no Louvre desde 1797.

ENCHENTES NO SUL

Fake news prejudicam tomada de decisão por afetados em catástrofe

VITOR ABDALA
AGÊNCIA BRASIL

As redes sociais têm sido usadas como um instrumento de disseminação de fake news (notícias falsas) diversas sobre a tragédia provocada pelas chuvas no Rio Grande do Sul. Desde teorias da conspiração sobre o motivo do desastre, até boatos estapafúrdios, de cunho fundamentalista religioso, relacionando a apresentação de uma cantora pop internacional no Rio de Janeiro à perda de vidas nas enchentes de várias cidades gaúchas.

Mas alguns dos principais alvos da campanha de desinformação promovida nas redes sociais são as instituições públicas. São notícias falsas que, desde os primeiros momentos da tragédia, buscam desacreditar governos e órgãos públicos.

São fake news sobre caminhões sendo impedidos de entrar no estado com doativos às vítimas, sobre a demora do governo federal em agir no RS e sobre alguns empresários estarem atuando mais que governos em prol dos gaúchos.

A pesquisadora da Universidade Federal Fluminense (UFF) Thaiane Moreira de Oliveira é parte de um grupo de pesquisadores dos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT) que acompanha a divulgação de mensagens sobre o desastre climático do Rio Grande do Sul nas redes sociais.

O levantamento ainda não foi concluído, mas já é possível perceber um padrão nas fake news sobre a tragédia. "[Nesta tragédia] a desinformação diz respeito sobretudo a discussões políticas, acusações contra o governo federal, contra o governo estadual. Principalmente, e aí eu acho que é um ponto extremamente preocupante, a questão da contestação da eficácia e da atuação das instituições. A gente tem visto o quanto as instituições, que têm sido muito atuantes, estão sendo descredibilizadas nesse processo", afirma Thaiane.

De acordo com a pesquisadora, as redes sociais permitiram que qualquer pessoa se tornasse uma "autoridade" em qualquer assunto e opiniões baseadas apenas no achismo passassem a ser valorizadas pelo público.

"Antes das redes sociais, a gente tinha alguns atores que eram legitimados para apresentar uma informação que fosse considerada de credibilidade. Eram jornalistas, comunicadores públicos, divulgadores científicos, agentes públicos. Com as mídias sociais e a reconfiguração da forma como nos comunicamos, hoje em dia, emitir uma opinião é motivo de autoridade. Qualquer um que tenha uma certa visibilidade nas redes sociais ganha uma certa autoridade, emitindo sua opinião apenas baseado nas suas experiências pessoais e no achismo", destaca a pesquisadora.

Com a credibilidade das instituições públicas sendo questionadas por notícias falsas, as pessoas afetadas pelo desastre ficam sem referência para tomar decisões.

"Se a gente vê um conjunto de desconfianças nas instituições e uma população amedrontada, sem saber em quem confiar e acionar, isso é um problema muito grave para nossa sociedade. A gente sabe que quando uma cidadã está assustada, ele pode tomar algumas decisões que não sejam necessariamente racionais", explica Thaiane.

Não há apenas um risco para a democracia, segundo a pesquisadora, mas também para a própria segurança e saúde das vítimas. "Há um conjunto de influenciadores digitais indicando tratamentos médicos, quimioterápicos por exemplo, para poder se prevenir de doenças como leptospirose, então é um risco para a saúde pública. E a gente está num momento em que a população está muito vulnerável", afirmou a pesquisadora.

Saiba como denunciar fake news

Em março, o governo federal lançou uma página de combate à desinformação.

O site Brasil Contra Fake é uma plataforma dedicada à divulgação de informações e esclarecimentos sobre desinformação relacionada às ações institucionais do governo federal, assim como às políticas públicas que estão sendo alvo de desinformação.

A plataforma conta ainda com um serviço de como denunciar fake news nas principais redes sociais.

CASO MALDINE VIEIRA

Polícia descarta indícios de crime de homicídio

A polícia está colhendo depoimentos de testemunhas e aguarda a conclusão do laudo cadavérico previsto para sair esta semana, mas descarta indícios de crime de homicídio

PATRÍCIA CUNHA

A Polícia Civil ainda está colhendo depoimentos de testemunhas e aguarda a conclusão do laudo cadavérico previsto para sair esta semana, mas descarta indícios de crime de homicídio, na morte do blogueiro Maldine Vieira, 29 anos, ocorrido no dia 1º de maio, na piscina da Mansão da Rosana, antiga Rosana Drinks, no Araçagy.

Em conversa por telefone com **O Imparcial**, o delegado da Superintendência de Homicídios e Proteção à Pessoa, George Marques, se limitou a dizer que todas as informações só serão dadas após a emissão do laudo cadavérico, mas adiantou que, a despeito das notícias que vem sendo veiculadas em blogs e sites, não há qualquer elemento que indique que tenha havido homicídio.

Segundo ainda o delegado, o que existe é a suspeita da vítima estar em companhia justamente de uma pes-

soa que ela tinha denunciado há 1 ano, mas que tinham feito as pazes, e saído juntos para beber.

No último fim de semana imagens de vídeo relacionados aos “últimos momentos do blogueiro Maldine Vieira” circularam na Internet e levantaram mais dúvidas e suspeitas quanto às circunstâncias da morte do blogueiro. O vídeo editado mostra as movimentações da casa naquele feriado, e o momento em que Maldine chega com o empresário Saymon Aquino (a quem Maldine havia feito uma série de denúncias no ano passado), e uma terceira pessoa, identificada como Anderson.

Maldine passou a noite do dia 31 de abril na companhia de Saymon Aquino. Outras pessoas estiveram com os dois em momentos distintos. Anteriormente eles passaram por um bar na Península, depois por uma conveniência na Avenida dos Holandeses e, na manhã do dia 1º de maio, foram para a Mansão da Rosana.

Maldine morreu na piscina da casa

e a Superintendência de Homicídios e Proteção à Pessoa (SHPP) da Polícia Civil do Maranhão investiga em que circunstâncias se deu essa morte. Ele ainda chegou a ser levado para a UPA do Araçagy por um desconhecido frequentador da casa, e que também já prestou depoimento à polícia.



PAÇO DO LUMIAR

Prefeitura é condenada por danos ambientais



O Município de Paço do Lumiar foi condenado pela Justiça a pagar indenização por danos ambientais, de R\$ 150 mil, e por danos morais coletivos, de R\$ 100 mil, ao Fundo Estadual de Direitos Difusos, devido ao atraso nas obras de reforma da Feira do Maiobão. A sentença judicial resulta de Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público (MP), segundo o qual os comerciantes do mercado estariam sendo forçados a vender seus produtos nas ruas e calçadas, sem condições de higiene e salubridade.

Nesse caso, ficou constatado o lançamento irregular de resíduos, sem qualquer tratamento, no entorno da Feira do Maiobão, e que os feirantes comercializam seus produtos em plena rua e calçadas sem condições sanitárias, e com descarte de restos de alimentos e lixo. Isso porque, até o momento, as obras de reforma não foram concluídas.

Política do meio ambiente

Na sentença, o juiz Douglas de Me-

lo Martins (Vara de Interesses Difusos e Coletivos) informa que a Lei 6938/81 dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente e assegura que o poluidor é obrigado, “independentemente da existência de culpa”, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade. “O próprio Código de Posturas de Paço do Lumiar veda o depósito de lixo, detritos, animais mortos, material de construção e entulhos, mobiliário usado, material de podas, resíduos de limpeza de fossas, óleos, graxas, tintas e qualquer material ou sobras em logradouros públicos”, diz o juiz na sentença.

O Município de Paço do Lumiar alegou ausência de dano moral coletivo e ambiental e que a responsabilidade sobre a feira também cabe ao Estado do Maranhão e à Cooperativa de Feirantes, que seriam os responsáveis pelo atraso da obra.

Responsabilidade pela feira

No entanto, para o juiz, ficou pro-

vado que o Município de Paço do Lumiar foi omissivo ao não tomar medidas para manter a limpeza e higiene do local, inclusive, é o atual responsável pela Feira do Maiobão. “... Conforme já provado, a conduta do réu tem ocasionado danos ambientais no local objeto desta demanda, comprometendo a qualidade do meio ambiente ecologicamente equilibrado”, declarou o juiz na sentença.

No processo o Ministério Público informou que já existe uma Ação Civil que condenou a Cooperativa dos Feirantes do Maiobão e o Estado do Maranhão a renovar o contrato de cessão ou retomar o local, reformar o mercado, desocupar as áreas de via pública e de circulação de veículos e pedestres e manter depósitos de lixo por toda a área da feira.

Conforme o MP, depois de mais de dezenove anos desde a judicialização da demanda, “a situação ainda persiste, permanecendo a lamentável situação dos feirantes trabalhando em plena rua, sob o sol quente”.

A VIDA PEDE PASSAGEM!
Campanha de Prevenção de Acidentes e Combate à Violência no Trânsito



Apoio: GLEMA-Grande Loja Maçônica do Maranhão

Educação em faixa de pedestre: SOS Vida já realizou 166 ações



A SOS VIDA já realizou 166 (cento e sessenta e seis) ações educativas em faixas de pedestres. A última aconteceu dia 10.05.24 na Av. dos Franceses, na Vila Palmeira, em São Luís, ao lado da Secretaria de Segurança Pública. Durante estas ações são distribuídos panfletos educativos, exibidas faixas com o lema da campanha educativa, que é a A VIDA PASSA PELA FAIXA DE PEDESTRE, e são dadas orientações verbais a pedestres e ciclistas.

Nesta ação houve a colaboração do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) estadual e de um reeducando oriundo da Central Integrada de Alternativas Penais e Inclusão Social (CIAPIS), que está sendo reeducado pela SOSVIDA.

O QUE DIZ A LEI SOBRE O SOM AUTOMOTIVO?

Você já se deparou com um veículo com um som alto? Alguns proprietários optam por trocar o sistema de som original de seus veículos por um mais potente ou com qualidade de som superior (ou ambos).

Vale ressaltar que o trabalho é complexo e exige atenção pois há um trabalho elétrico a ser feito. Por isso, a recomendação é procurar serviços especializados para evitar curtos-circuitos ou outros problemas maiores.

De acordo com a legislação, o som automotivo é tratado no art. 228 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB). Segundo a norma, usar um equipamento com som em volume ou frequência que não sejam autorizados pelo CONTRAN pode acarretar:

- “Infração – grave;
- Penalidade – multa;
- Medida administrativa – retenção do veículo para regularização.”

O que diz o CONTRAN sobre o som automotivo?

Após diversas mudanças ao longo dos últimos anos, o Capítulo IV, Art. 17 e 18, da resolução nº 958/2022 do Conselho Nacional de Trânsito esclarece questões relacionadas a sons produzidos e reproduzidos em veículos.

De acordo com o artigo 17, fica proibido a utilização de equipamentos de sons no lado externo do automóvel. A norma se aplica independentemente do volume ou frequência que perturbe o sossego público.

O que diz a lei sobre o som automotivo em bares? Não há proibição de som automotivo em bares. Entretanto, a resolução do CONTRAN é válida em todo o território, aplicado em qualquer lugar público.

Se um condutor estacionar seu veículo em um estabelecimento comercial e cometer uma infração ligada aos limites sonoros descritos aqui, este será autuado de acordo com a lei.

Fonte: portaldotransito.com.br
CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO (lei n. 9.503/97)

Art. 1º O trânsito de qualquer natureza nas vias terrestres do território nacional, abertas à circulação, rege-se por este Código.

§ 1º Considera-se trânsito a utilização das vias por pessoas, veículos e animais, isolados ou em grupos, conduzidos ou não, para fins de circulação, parada, estacionamento e operação de carga ou descarga.

A VIOLÊNCIA DO TRÂNSITO TEM JEITO, é só as autoridades implementarem os remédios eficazes: Educação para o Trânsito, Fiscalização ampla e rigorosa e uma boa Infraestrutura das vias.

- Facebook: campanha SosVida
- Instagram: sosvidapaznotransito
- X:@valorizacaoavida
- E-mail: valorizacaoavida@gmail.com
- Fones: (98)98114-3707 (VIVO-Whatsapp)